

**LEI Nº. 715**

**De 28 de novembro de 2016**

*Estima a receita e fixa a despesa do município de Penaforte, estado do Ceará, para o exercício de 2017 e adota outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PENAFORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de PENAFORTE para o Exercício Financeiro de 2017, compreendendo:

I – O orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo; seus Fundos, Órgãos e Unidades da Administração Municipal direta e indireta.

II – O orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e Órgãos a ele vinculados da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como os Fundos instituídos pelo Poder Público.

**Art. 2º.** A receita total é estimada no valor de R\$ 50.402.570,17 (Cinquenta Milhões, Quatrocentos e Dois Mil, Quinhentos e Setenta Reais e Dezessete Centavos).

**Art. 3º.** As receitas decorrentes da arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminadas na parte II, em anexo a este Projeto de Lei, são estimadas com os seguintes desdobramentos:

<b>1 – RECEITA DO TESOURO</b>	<b>50.402.570,17</b>
1.1 – Receitas Correntes	46.099.649,39
- Receita Tributária	1.642.733,73
- Receitas de Contribuição	252.495,39
- Receita Patrimonial	189.609,79
- Receitas de Serviços	50.449,08
- Transferências Correntes	43.672.481,23
- Outras Receitas Correntes	291.830,17
<b>1.2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>7.286.028,81</b>
- Alienação de Bens	63.123,85
- Transferências de Capital	7.222.904,96
<b>1.3 – DEDUÇÕES DE RECEITAS</b>	<b>(2.983.108,03)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>50.402.570,17</b>

**Art. 4º.** A Despesa total, no mesmo valor da Receita total é fixada:

I – No Orçamento Fiscal, em R\$ 33.824.866,86 (trinta e três milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

II – No Orçamento da Seguridade Social em R\$ 16.577.703,31 (dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, setecentos e três reais e trinta e um centavos).

**Art. 5º.** A despesa fixada a conta de recursos previstos neste Projeto de Lei, observada a programação constante da parte I, em anexo a este Projeto de Lei, apresenta, por Órgãos o seguinte desdobramento:

<b>ÓRGÃO</b>	<b>TOTAL PREVISTO</b>
Câmara Municipal	1.783.694,13
Gabinete do Prefeito	404.525,22
Procuradoria Geral do Município	222.859,75
Controladoria Geral do Município	159.539,81
Secretaria de Administração	2.434.750,32
Secretaria de Finanças	2.076.683,16
Secretaria de Infraestrutura	7.838.728,86
Secretaria de Educação	837.725,04
Secretaria de Saúde	621.735,14
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	572.179,25
Secretaria de Assistência Social	1.670.171,00
Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	1.628.694,02
Fundo Municipal de Educação	15.360.496,52
Fundo Municipal de Saúde	10.983.127,00
Fundo Municipal de Assistência Social	3.214.900,37
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	87.769,80
Reserva de Contingencia	504.990,78
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>50.402.570,17</b>

Parágrafo único. O poder Executivo poderá:

I – Designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias:

**Art. 6º.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, nas dotações orçamentárias a eles atribuídas, autorizados a:

I – Realizar Operações de Créditos por antecipação da Receita até o limite de 20% (vinte por cento) das Receitas Estimadas nesta Lei, as quais deverão ser liquidadas até 30(trinta) dias após o encerramento do exercício.

Parágrafo Único – Para garantia das operações de Créditos de que trata o inciso I deste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a

comprometer como garantia, parte das cotas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

II – As adequações orçamentárias que se fizerem necessárias, no transcurso do exercício financeiro de 2017, poderão ser ajustadas, nos ditames do Artigo nº 43 da Lei nº 4.320/64, até o valor previsto para as despesas de 2017, por ato do executivo, e do legislativo nas suas ordenações, e dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, precedida de justificativa para as alterações dos valores inicialmente fixados nesta Lei.

III – Suplementar Projetos e Atividades, financiadas à conta de recursos provenientes de convênios, utilizando como fonte de recursos a definida no parágrafo 1.º do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

IV - Suplementar Projetos e Atividades financiados à conta da receita com destinação específica, utilizando como fonte de recursos a definida no parágrafo 1.º do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

V – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de operações de créditos, observando os limites definidos na Constituição Federal, utilizando como fonte de recursos a definida no parágrafo 1.º do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, até o limite de 100% (cem por cento) da receita prevista neste orçamento.

VI – Promover medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo cumprimento da receita.

**Art. 7º.** É o Poder Executivo autorizado a proceder ao remanejamento parcial de dotações consignadas a unidades orçamentárias extintas ou reformuladas para outras que absorvem ou não atribuições correspondentes.

**Art. 8º.** Os créditos especiais autorizados no ultimo quadrimestre do exercício financeiro de 2016 e os extraordinários, quando reabertos na forma do parágrafo 2º do art. 167 da Constituição Federal, serão classificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

**Art. 9º.** O desdobramento dos elementos de gastos 339030 – Material de Consumo; 339036 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física; 339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; 449052 – Equipamentos e Material Permanente, a que rege a Portaria STN 488, de 13 de Setembro de 2002, serão detalhados através de decretos no decorrer do exercício, de acordo com as necessidades de gastos do município.

**Art. 10º.** As insuficiências orçamentárias não acobertadas no artigo 6º desta Lei, poderão ser ajustadas ao valor de suas necessidades, no transcurso da execução orçamentária, utilizando-se as mesmas fontes nele definidas, até o valor consignado *in totum* do orçamento.



PROCURADORIA GERAL  
**DO MUNICÍPIO**

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Penaforte, Ceará, 28 de novembro de 2016.

**LUIS FERNANDES BEZERRA FILHO**  
**Prefeito Municipal**